

Acordo provisório faz lembrar Velha República

ADEMAR SHIRAIISHI
Da Editoria de Economia

Os ex-ministros da Fazenda, Dilson Funaro e Luiz Carlos Bresser Pereira, fizeram muito barulho com a moratória de fevereiro de 1987 e a proposta de aplicação do deságio sobre a dívida brasileira de 114 bilhões de dólares, porém, o atual, Mailson Ferreira da Nóbrega, acabou por fechar um acordo nos moldes tradicionais da "Velha República", inclusive com a ressurreição das comissões aos bancos que aderirem ao acordo. Essas comissões desapareceram na etapa de renegociação de 1984, ainda com Affonso Celso Pastore, então presidente do Banco Central, no comando das negociações.

O Brasil vai distribuir 20 milhões de dólares de estímulos para a adesão do acordo divulgado ontem, na forma de comissão extra de 0,375 por cento da participação no refinanciamento dos juros. Na fase 1 de renegociação, em 1983, o então presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, aceitou pagar 0,5 por cen-

to de comissão extra, porém, no ano seguinte, Pastore conseguiu reduzir o **spread** — taxa de risco acima dos juros básicos — de 2 para 1,125 por cento ao ano e eliminou o estímulo financeiro aos bancos.

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira, reduziu o **spread** para 0,8125 por cento, o mesmo percentual pago por outros dois grandes devedores da América Latina: México e Argentina. Com a extensão do **spread** menor para toda a dívida bancária com aval da União, o Brasil reduzirá de 500 a 600 milhões de dólares os encargos anuais da dívida externa.

O volume de juros refinanciados decepcionou. Deduzidos os 3 bilhões de dólares dos juros que não foram pagos em 1987, os bancos credores só refinanciarão 2,6 bilhões dos juros devidos este ano e no primeiro semestre de 1989. O ex-ministro Bresser Pereira queria 11,5 bilhões de dólares do chamado "dinheiro novo"; Mailson reduziu o pedido para 7 bilhões e ficou satisfeito com os 5,6 bilhões obtidos.

O acordo com os bancos

credores não tirou o Brasil do sufoco. Para fechar as contas externas deste ano com reservas ao nível de dezembro último — pouco acima de 4 bilhões de dólares — Mailson terá que aceitar o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) para levantar 700 milhões de dólares. Depois, precisará levantar 1,5 bilhão de dólares do Banco Mundial apenas para cobrir os serviços da dívida junto ao próprio organismo — 1 bilhão de amortização do principal e 500 milhões de juros. O Brasil também dependerá da conquista de 1 bilhão de dólares de créditos de curto prazo e do superávit comercial de 11,5 bilhões para fechar, sem traumas, as contas externas deste ano.

Um longo caminho a percorrer, já que o Brasil nada conseguiu introduzir de novo na renegociação da dívida externa. Ao final, o Governo brasileiro apressou o fechamento do acordo, dentro do figurino imposto pelos banqueiros, até em razão do risco de perda do controle da inflação e da probabilidade de redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos.